

Matthew McManus e a teoria política do socialismo liberal: Resenha de McManus, Matthew. *The Political Theory of Liberal Socialism*. New York: Routledge, 2025

Matthew McManus and the political theory of liberal socialism: Review of McManus, Matthew. *The Political Theory of Liberal Socialism*. New York: Routledge, 2025

Matthew McManus y la teoría política del socialismo liberal: Reseña de McManus, Matthew. *The Political Theory of Liberal Socialism*. New York: Routledge, 2025

Ulysses FERRAZ

ferraz.ulysses@gmail.com

Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLM-UFRJ) e doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). É bolsista do Programa Bolsa Doutorado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

A resenha discute o livro *The Political Theory of Liberal Socialism* (2025), de Matthew McManus, que reconstrói a tradição do socialismo liberal por meio de uma genealogia que articula autores como Paine, Wollstonecraft, Mill, Bernstein, Rosselli, Dewey, Keynes, Macpherson, Walzer, Mouffe, Mills, Anderson e Rawls. O livro sustenta que liberdade, igualdade e solidariedade compõem um mesmo núcleo normativo e que o esvaziamento recente do liberalismo decorre de suas versões possessivas e neoliberais. McManus argumenta convincentemente que o socialismo liberal oferece recursos conceituais para renovar o liberalismo, ampliando seus compromissos igualitários e democráticos. A resenha destaca a relevância dessa reconstrução, sobretudo em contextos em que o liberalismo é reduzido à defesa irrestrita do mercado.

Palavras-chave: Socialismo liberal; Liberalismo; Liberdade; Igualdade; Democracia.

This review discusses the book The Political Theory of Liberal Socialism (2025), by Matthew McManus, which reconstructs the tradition of liberal socialism through a genealogy involving Paine, Wollstonecraft, Mill, Bernstein, Rosselli, Dewey, Keynes, Macpherson, Walzer, Mouffe, Mills, Anderson, and Rawls. The book argues that liberty, equality, and solidarity form a single normative core, and that the recent hollowing-out of liberalism results from its possessive and neoliberal versions. McManus convincingly argues that liberal socialism provides conceptual resources to renew liberalism by strengthening its egalitarian and democratic commitments. The review highlights the relevance of this reconstruction, especially in contexts where liberalism is equated with unrestricted market advocacy.

Keywords: *Liberal socialism; Liberalism; Liberty; Equality; Democracy.*

La reseña discute el libro The Political Theory of Liberal Socialism (2025), de Matthew McManus, que reconstruye la tradición del socialismo liberal mediante una genealogía que incorpora a Paine, Wollstonecraft, Mill, Bernstein, Rosselli, Dewey, Keynes, Macpherson, Walzer, Mouffe, Mills, Anderson y Rawls. El libro sostiene que libertad, igualdad y solidaridad conforman un mismo núcleo normativo, y que el vaciamiento reciente del liberalismo se debe a sus versiones posesivas y neoliberales. McManus argumenta de manera convincente que el socialismo liberal ofrece recursos conceptuales para renovar el liberalismo reforzando sus compromisos igualitarios y democráticos. La reseña subraya la importancia de esta reconstrucción, especialmente en contextos donde el liberalismo se reduce a la defensa irrestricta del mercado.

150

Palabras clave: *Socialismo liberal; Liberalismo; Libertad; Igualdad; Democracia.*

O livro *The Political Theory of Liberal Socialism* (2025), de Matthew McManus, propõe uma reavaliação de uma tradição intelectual que, embora possa parecer paradoxal, tem raízes profundas na história do pensamento político moderno. A expressão “socialismo liberal” costuma parecer contraditória, pois o senso comum opõe liberalismo e socialismo: o primeiro associado ao individualismo e ao mercado, e o segundo, à igualdade e à crítica ao capitalismo. McManus mostra, no entanto, que essa oposição é histórica e contingente. Antes do chamado “liberalismo da Guerra Fria”, marcado por valores conservadores e hostis à esquerda, havia uma vertente liberal comprometida com os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade, em diálogo direto com as

aspirações socialistas. O livro procura recuperar essa vertente, demonstrando que o socialismo pode ser concebido não como negação, mas como realização dos princípios liberais.

O autor caracteriza sua abordagem como um exercício de *retrieval*, no sentido dado por C. B. Macpherson (1973): uma reconstrução crítica de uma tradição. Seu propósito não é defender um modelo único de socialismo liberal, mas reconstituir seus fundamentos normativos e sua evolução histórica. Três compromissos estruturam essa tradição. O primeiro combina coletivismo metodológico e individualismo normativo: reconhece-se que o florescimento humano depende de contextos sociais adequados, embora o valor moral último resida nos indivíduos concretos.

O segundo é uma ética do desenvolvimento, oposta à ética da aquisição: a vida boa exige instituições e recursos comuns que promovam o cultivo das capacidades humanas, e não a acumulação possessiva de riqueza. O terceiro é o compromisso com uma estrutura democrática que amplie os direitos liberais à economia e à família, de modo a eliminar formas de dominação e dependência.

No contexto brasileiro, a proposta de McManus adquire uma importância adicional. O termo “liberalismo” é invariavelmente associado à defesa irrestrita e intransigente do mercado e da propriedade privada, e ao compromisso com a ideia de Estado mínimo, o que apaga sua dimensão igualitária original. A reconstrução de McManus ajuda, assim, a reconectar o vocabulário liberal com ideais progressistas, mostrando que liberdade e igualdade não são valores concorrentes, mas que se reforçam e se implicam mutuamente. Num cenário político em que o termo “liberalismo” é frequentemente monopolizado por valores defendidos pela direita, o livro de McManus ajuda a reabrir o espaço semântico e histórico do liberalismo como projeto igualitário.

A genealogia do socialismo liberal reconstruída por McManus situa-se em um contexto mais amplo de crise e reinvenção do liberalismo. Após a vitória sobre o fascismo e o comunismo no século XX, o liberalismo parecia consolidado como doutrina dominante das democracias ocidentais. No entanto, nas últimas décadas, viu-se progressivamente esvaziado, reduzido a um discurso tecnocrático e economicista, cada vez mais distante de seu impulso igualitário e emancipador. Autores como Samuel Moyn (2023) chamaram atenção para o fato de que o liberalismo, ao renunciar à imaginação utópica que o caracterizou nos séculos XVIII e XIX, tornou-se incapaz de inspirar um projeto moralmente mobilizador. É justamente essa dimensão

transformadora, democrática e materialmente igualitária que McManus procura recuperar, identificando no socialismo liberal a tradição mais promissora para reanimar o ideal liberal em seu sentido mais exigente e politicamente transformador.

O ponto de partida dessa tradição remonta a Thomas Paine e Mary Wollstonecraft, que, no final do século XVIII, incluíram a questão da igualdade material e de gênero como condições da liberdade. Em *Agrarian Justice* (1987), Paine afirma que a propriedade é um fenômeno social, fruto da cooperação humana, e que os detentores de grandes posses devem à coletividade uma compensação justa. Propõe, para tanto, um fundo social que financie educação, trabalho e segurança aos despossuídos, uma formulação embrionária do Estado de bem-estar moderno. Wollstonecraft, em *A Vindication of the Rights of Woman* (1967), associa a desigualdade econômica à corrupção moral da sociedade aristocrática, denunciando o culto à propriedade como fonte das principais injustiças. Ambos convergem na ideia de que não há liberdade sem igualdade de condições para o florescimento humano.

Essas intuições atingem maturidade teórica no século XIX com John Stuart Mill, que reinterpreta o liberalismo à luz das transformações sociais e industriais de seu tempo. Em *Principles of Political Economy* (1848), Mill propõe a ampliação do papel do Estado e a democratização da economia, defendendo cooperativas e formas de autogestão como alternativas ao capitalismo competitivo. Sua concepção de “desenvolvimento humano” e sua defesa da igualdade de oportunidades — inclusive no interior do trabalho e da vida doméstica — antecipam a crítica contemporânea ao “liberalismo possessivo” e oferecem uma base para o socialismo liberal como uma ética da liberdade substantiva. Em Mill, o indivíduo permanece como foco

normativo — não a nação nem a comunidade abstrata —, mas sua autonomia é sempre socialmente mediada. A riqueza é instrumento para o florescimento, não um fim em si. E a igualdade deve reger também as relações cotidianas — no trabalho e na família —, convertendo esferas privadas em espaços de justiça. Essa perspectiva é retomada por autores posteriores, que adaptam o ideal de liberdade igualitária a contextos diversos, reafirmando a necessidade de subordinar o econômico ao político e de compatibilizar autonomia pessoal com interdependência social.

No início do século XX, Eduard Bernstein e Carlo Rosselli consolidam o vínculo entre as duas tradições. Bernstein, em *The Preconditions of Socialism* (1993), sustenta que o socialismo é o herdeiro histórico e intelectual do liberalismo, pois realiza seu princípio de liberdade universal. Rosselli, em *Liberal Socialism* (1994), formula o argumento em termos ainda mais diretos: o socialismo, corretamente entendido, é o liberalismo em ação, ou seja, o momento em que a liberdade entra na vida dos pobres. Para ambos, a tarefa da esquerda não é abandonar o liberalismo, mas reconquistar seus fundamentos morais contra o fetichismo da propriedade e o autoritarismo do Estado.

Essas ideias encontram ressonância em John Dewey (2000), que expande o horizonte democrático para além do Estado, defendendo sua incorporação às práticas educacionais e ao mundo do trabalho. Em 1939, em entrevista ao *The New Statesman and Nation*, John Maynard Keynes descreve o “socialismo liberal” como a transição para uma era em que a comunidade organizada atua para promover justiça social e bem comum, preservando a liberdade individual e os direitos civis (McManus, 2025, p. 150). C. B. Macpherson (1973), por sua vez, emprega o conceito de *retrieval* (a recuperação dos valores humanistas da tradição

liberal), retomado por McManus, e propõe uma ontologia social centrada na interdependência e no desenvolvimento das capacidades humanas, em contraste com o individualismo atomista do liberalismo clássico.

Ao longo do século XX e início do XXI, a tradição é retomada e reformulada por autores como Michael Walzer (2023), Chantal Mouffe (1993), Charles Mills (1997) e Elizabeth Anderson (2017), que reatualizam o socialismo liberal diante de novos contextos de pluralismo, desigualdade e dominação. Walzer (2023) reafirma o ideal de igualdade complexa, combinando justiça distributiva e reconhecimento moral em comunidades diversas, embora permaneça limitado por seu horizonte nacional e por uma crítica insuficiente ao imperialismo. Mouffe (2019) propõe uma política agonística orientada à construção de uma democracia radical que enfrente as hierarquias sociais e econômicas sustentadas pelo neoliberalismo. Mills (2017), por sua vez, introduz a crítica racial no interior do debate liberal, demonstrando como a injustiça histórica e a supremacia branca desmentem as pretensões universalistas do liberalismo abstrato. Já Anderson renova a tradição ao transpor suas preocupações igualitárias para a esfera econômica e laboral: em *Private Government* (2017) e *Hijacked*, (2023) mostra como o ideal liberal de liberdade também requer a democratização das relações de poder no local de trabalho, onde a subordinação econômica reproduz formas privadas de dominação.

É nesse horizonte que se insere John Rawls, cuja concepção de justiça como equidade representa a formulação mais sistemática e influente das intuições centrais do socialismo liberal. Rawls, em *Justice as Fairness: A Restatement* (2001), inscreve-se nessa linhagem ao sustentar que apenas uma “democracia de cidadãos-proprietários” ou um regime

de “socialismo liberal” pode satisfazer plenamente seus princípios de justiça. Sua proposta de combinar igualdade de oportunidades, liberdade política e limitação da concentração de riqueza fornece à tradição do socialismo liberal uma formulação institucional plausível e transformadora. Nesse sentido, a obra de McManus é fundamental para uma interpretação da teoria da justiça de Rawls mais condizente com os seus compromissos igualitários e, num certo sentido, anticapitalistas. Embora pouco debatido no Brasil, o tema dos regimes socioeconômicos vem ganhando destaque entre os intérpretes de Rawls, especialmente após a crise de 2008. Nesse contexto, sua rejeição aos modelos capitalistas — inclusive ao capitalismo de bem-estar social — tornou-se cada vez mais explícita nas leituras contemporâneas da justiça como equidade. Por essa razão, o projeto que McManus encontra em Rawls é uma de suas expressões mais coerentes e exemplares. A *justiça como equidade* — a concepção rawlsiana de justiça — exemplifica o tipo de concepção alternativa ao capitalismo que o socialismo liberal reivindica.

A “genealogia” de McManus, portanto, mostra que o socialismo liberal não é uma síntese artificial, mas o desdobramento de uma intuição moral persistente e duradoura no pensamento político moderno: a de que liberdade, igualdade e solidariedade formam um mesmo núcleo normativo. Contra as versões degradadas do liberalismo que se confundiram com o neoliberalismo, essa tradição recupera seu impulso original: a crença de que a dignidade humana só se realiza quando todos participam, em condições de igualdade substantiva, da construção das instituições que governam suas vidas.

O autor destaca ainda que, se historicamente o liberalismo foi muitas vezes instrumentalizado contra o socialismo, essa inflexão representou um desvio, e

não uma necessidade lógica. Ao longo do século XX, o liberalismo foi gradualmente associado à defesa do mercado autorregulado, da competição meritocrática e da desigualdade como estímulo à eficiência. O socialismo liberal, ao contrário, recupera o núcleo moral do projeto moderno de emancipação política, sustentando que liberdade e igualdade não são valores concorrentes, mas condições recíprocas da vida justa.

O livro não oferece um plano de transformação social, mas um quadro normativo que torna inteligível a convergência entre liberalismo e socialismo. Liberalismo, aqui, significa o reconhecimento do igual valor moral de cada pessoa e a proteção das liberdades básicas; e socialismo, a extensão desses valores à esfera econômica e social. McManus argumenta que a versão aquisitiva do liberalismo — centrada na acumulação ilimitada — distorce seus próprios fundamentos, enquanto a versão do socialismo liberal, comprometida com o florescimento humano compartilhado, os realiza. Assim, o socialismo liberal descrito por McManus é, sobretudo, um socialismo de princípios. Ele não prescreve um conjunto fixo de instituições, mas um horizonte moral a partir do qual diferentes arranjos podem ser avaliados. Democratizar o trabalho, ampliar oportunidades educacionais, fortalecer sindicatos ou adotar políticas redistributivas são meios contingentes para alcançar um fim comum: uma sociedade que combine autonomia individual e cooperação social. Ao evitar o fetichismo institucional, essa tradição abre espaço para aprendizado prático e inovação democrática. Essa recusa em transformar princípios em modelos fechados é uma das maiores virtudes do livro. Pode-se interpretar, a partir da exposição de McManus, que a passagem da teoria moral para o desenho institucional não é dedutiva, mas depende de prudência, experimentação e atenção às condições sociais realmente existentes.

Para McManus, o futuro do socialismo liberal é promissor justamente porque sua força está em oferecer um horizonte normativo capaz de renovar o liberalismo, esvaziado por décadas de compromisso intransigente com o capital. Para McManus, o liberalismo só poderá recuperar vitalidade se incorporar valores substantivos de igualdade e solidariedade, tarefa que o socialismo liberal pode cumprir ao reconciliar liberdade e justiça social. Desse modo, McManus sustenta que a sobrevivência moral e política do liberalismo depende de sua capacidade de se transformar em um projeto inspirador, capaz de oferecer esperança de um mundo mais livre e igual. Essa recuperação exige não o abandono, mas a reconstrução do liberalismo em diálogo com a tradição socialista, tanto no plano teórico (como mostram Rawls (2001), Anderson (2017) e Edmundson (2017, 2021)) quanto no econômico (como exemplificam Sen (2009) e Piketty (2014, 2020)). A tarefa de seu livro, portanto, não é apresentar uma

teoria original do socialismo liberal, mas reconstruir o terreno intelectual que o tornará possível e desejável no século XXI. E McManus entrega o que promete.

Nas palavras finais do livro, McManus sustenta que o liberalismo atravessa uma crise que ele próprio ajudou a provocar. O esvaziamento moral e intelectual das últimas décadas — seja sob o “liberalismo da Guerra Fria”, seja sob o neoliberalismo — teria transformado uma tradição política inspiradora em uma ideologia complacente com o poder econômico. Ainda assim, o autor insiste que o liberalismo pode e deve ser salvo. Para isso, precisa recuperar visão, imaginação e convicção, reencontrando na igualdade o seu conteúdo moral e na solidariedade a sua energia histórica. Sua aposta é que o socialismo liberal pode oferecer essa renovação. Ao reconciliar liberdade e justiça material, essa tradição seria capaz de restituir ao liberalismo a promessa de um mundo genuinamente livre e igual, um ideal digno não apenas de lealdade, mas também de amor.



Referências

Anderson, E. (2017). *Private Government: How Employers Rule Our Lives (And Why We Don't Talk About It)*. Princeton: Princeton University Press.

Anderson, E. (2023) *Hijacked: How Neoliberalism Turned The Work-Ethic Against Workers and How Workers Can Take It Back*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bernstein, E. (1993) *The Preconditions of Socialism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Dewey, J. (2000). *Liberalism and Social Action*. Amherst: Prometheus Books.

Edmundson, W. A. (2017). *John Rawls: Reluctant Socialist*. Cambridge: Cambridge University Press.

Edmundson, W. (2021). *Socialism for Soloists*. Medford: Polity Press.

Macpherson, C.B. (1973). *Democratic Theory: Essays in Retrieval*. Oxford: Clarendon Press.

McManus, M. (2025) *The Political Theory of Liberal Socialism*. New York: Routledge.

Mill, J. S. (1848). *Principles of Political Economy*. Recuperado de: <https://oll.libertyfund.org/titles/mill-principles-of-political-economy-ashley-ed>

Mills, C. W. (1997). *The Racial Contract*. Ithaca: Cornell University Press.

Mills, C. W. (2017). *Black Rights/White Wrongs: A Critique of Racial Liberalism*. Oxford: Oxford University Press.

Mouffe, C. (1993). Toward a Liberal Socialism? *Dissent Magazine*, 40, 1, 81–87.

Mouffe, C. (2019). *For a Left Populism*. London: Verso Books.

Moyn, S. (2023). *Liberalism against Itself: Cold War Intellectuals and the Making of Our Times*. New Haven: Yale University Press.

Paine, T. (1987). *The Thomas Paine Reader*. London: Penguin Books.

Piketty, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

Piketty, T. (2020). *Capital and Ideology*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

Rawls, J. (2001). *Justice as Fairness: A Restatement*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

Rosselli, C. (1994) *Liberal Socialism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Sen, A. (2009). *The Idea of Justice*. Cambridge: Harvard University Press.

Walzer, M. (2023). *The Struggle for a Decent Politics: On 'Liberal' As an Adjective*. New Haven: Yale University Press, 2023.

Wollstonecraft, M. (1967). *A Vindication of the Rights of Women*. New York: Norton Library.

Recebido em 18/10/2025. Aprovado em 12/12/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.